

■ OPINIÃO

Economia - Brasil



FIF BMC Curto Prazo

Dos perigos da imaginação

Washington Novaes *

Já no século 16, advertia o sábio Montaigne que “todos são atingidos pela imaginação, mas alguns há que ela derruba”. Se o ministro Kandir fosse leitor desse conselheiro de poderosos da sua época, talvez não precisasse passar agora pelo dissabor de se ver desmentido por seus próprios companheiros de governo, pois nem eles compartilham o otimismo que o levou a atribuir poderes miraculosos à reeleição presidencial.

De qualquer forma, o episódio bem poderia servir pelo menos para que recolquemos os pés no chão e acreditemos menos na força de palavras otimistas, ainda que pronuncia-das com a melhor das intenções. Já não será sem tempo, pois sinais de alerta se acumulam no horizonte.

Há poucos dias, foi a notícia de abertura de investigações pelos Estados Unidos, em relação ao regime automotivo brasileiro — prenunciando mais dificuldades na área do comércio exterior, na qual se depositam hoje todas as fichas, nestes tempos de globalização. A essa notícia poderia ser juntada outra, de algumas semanas antes (Gazeta Mercantil, 27/8), quando a própria instituição a que pertenceu o presidente da República — o Cebap — alertou: “A política industrial do setor automobilístico no Brasil é frágil e perigosa. Ela precisa ser legitimada em fóruns internacionais (...) e está provocando a desnacionalização da indústria de autopeças”. Acrescentando ainda que esta-

mos importando do mundo todo e só aumentando as exportações para a área do Mercosul.

Os esforços governamentais para mudar esse quadro e ampliar as exportações até aqui tiveram resultado modesto, a julgar pelas notícias das últimas semanas. Este ano, não crescerão as exportações em função da isenção do ICMS, em que foram depositadas tantas esperanças, embora ela vá significar uma perda de arrecadação de pelo menos R\$ 2,7 bilhões. “Não podemos esperar milagres”, disse o ex-ministro Pratini de Moraes, presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior.

Os esforços governamentais para ampliar as exportações até agora tiveram resultados modestos

“Vai levar muito tempo para as exportações melhorarem”, previu ele, explicando que a isenção quase só beneficia os produtos agrícolas, sem muita influência sobre manufaturados.

Já nesse setor dos manufaturados, o otimismo também sofreu um golpe quando o próprio BNDES reconheceu que sua tentativa de transformar-se no “Eximbank brasileiro” surtiu poucos efeitos: em vez de aplicar neste ano R\$ 1 bilhão, como anunciara, em três meses foram aprovados apenas R\$ 637 mil, para apenas duas indústrias — e mesmo esses não liberados, por problemas burocráticos.

Para complicar mais, no terreno do tão discutido “custo Brasil”, entra-se em outubro com os armadores do principal porto brasileiro — Santos — acusados de cartelização para aumentar preços.

Em síntese, não se reduz o custo das exportações com isenção de impostos, para torná-las mais competitivas (o que quer dizer que os exportadores estão incorporando o ganho a seus rendimentos para compensar possíveis defasagens cambiais); não se consegue aumento substancial nos financiamentos à exportação; e um cartel anula outros possíveis avanços na redução de custos.

Com isso, voltam a ocupar espaço na comunicação análises menos otimistas, que situam o déficit comercial do ano que vem entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 8,4 bilhões.

Talvez seja a hora, então, de voltar a algumas análises sobre as possibilidades reais da economia brasileira e as perspectivas na área de comércio exterior, contidas no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, divulgado neste ano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Nesse estudo, do qual participaram muitos especialistas brasileiros, inclusive de órgãos do governo, estão algumas advertências importantes. Primeiro, a de que o País, embora não tenha um só setor competitivo em áreas de alta densidade tecnológica, continua a investir muito pouco em ciência e tecnologia: apenas 0,7% do PIB, e com o setor público respondendo por 80% dos investimentos, e a área privada só com 20%. Até os



produtores de bens de capital e do complexo eletrônico — principais responsáveis pela geração e difusão do progresso técnico — baixaram suas aplicações em tecnologia, nos últimos tempos.

Por essas e outras, o Brasil, que chegou em meados da década passada a ser o 17º maior exportador, com 1,5% das exportações mundiais, no início desta década já caíra para 23º lugar, com 1% (hoje, estamos entre 0,7 e 0,8%).

Também está escrito lá que apenas 18 de 72 segmentos industriais pesquisados mostraram participação crescente no mercado mundial ou em termos regionais. Muitos deles, entretanto, são setores intensivos no uso de recursos naturais e de mercados pouco dinâmicos (minério de ferro, minerais não processados, fumo, siderurgia, metais não-ferrosos, papel e fertilizantes). Só alguns poucos estão inseridos em setores mais dinâmicos (roupas de tecidos e couro, calçados, equipamentos agrícolas, equipamentos para construção, veículos comerciais, cerâmica, eletrodomésticos, aeronáutica, ótica, equipamentos eletrônicos pesados e máquinas especializadas).

Outro estudo identificou onze setores com capacidade competitiva no plano internacional, todos com altos níveis de produtividade e adequação de produtos: óleo de soja, café, suco de laranja, petróleo, petroquímica,

minério de ferro, siderurgia, alumínio, celulose e papel.

Portanto, nossas vantagens competitivas estão principalmente em produtos industriais intensivos em recursos naturais, com baixo grau de processamento ou processados em plantas sujeitas a fortes rendimentos de escala — áreas de demanda internacional pouco dinâmica, sujeitas à entrada de novos produtores e expostas a forte concorrência de empresas internacionais de alta densidade de capital. Sem falar que o uso intensivo de recursos naturais pode significar, mais à frente, problemas ambientais e não apenas no plano interno (cerca de um terço das exportações brasileiras já enfrenta legislações ambientais restritivas nos países de destino).

Setores que baseavam a competitividade em parte no baixo custo de mão-de-obra não têm conseguido manter a posição, dado o acirramento da competição. Outros (equipamentos agrícolas e para construção, veículos comerciais, cerâmica e eletrodomésticos) enfrentam o problema de suas empresas serem subsidiárias de transnacionais e terem de adequar-se a uma estratégia global. Também é o caso de alguns setores que exploravam mercados especializados, como o farmacêutico, ótica, equipamentos elétricos pesados e máquinas especializadas.

A conclusão do estudo é que nossa inserção no mercado exportador é frágil do ponto de vista do dinamis-

mo dos mercados onde tem maior vantagem competitiva. Também lhe falta porte nos mercados de maior crescimento potencial — como lhe falta densidade tecnológica.

Não nos adiantará, por isso, exalar otimismo e proclamar — embora seja verdade — que a renda dos 50% mais pobres aumentou em 1995 (porque a participação deles na renda total continua inferior à de 1989 e só é maior que a de 1994 — a pior desde 1960, quando a renda dos mais pobres era 50% maior que a de agora). É preciso ser mais cauteloso nos anúncios de investimentos de deze-

Nossas vantagens competitivas estão em áreas de demanda internacional pouco dinâmicas

nas de bilhões de dólares nas áreas sociais — porque, segundo a Comissão Mista do Congresso que cuida do orçamento, o governo federal está inves-

tindo na área social um terço do que gasta no pagamento de juros. Mesmo o bem-intencionado programa de valorização do ensino básico e do professor pode ter parte de seus recursos inviabilizada, já que os estados, arrecadando menos ICMS, por causa da isenção aos exportadores, repassarão menos dinheiro para o setor. Muito melhor será colocar os pés firmemente no chão. E reconhecer que precisamos repensar nossas estratégias.

De novo, convém prestar atenção ao velho Montaigne. “Não acho estranho — escreveu ele — que a imaginação dê febre e mesmo provoque a morte nos que não a controlam.” ■